

# *Diversidade* **Linguística** na Escola Portuguesa

**Projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*  
(ILTEC)**

## Actos de Fala – Quadro Geral

### Significado e contexto

No quadro dos estudos da **interacção verbal**, ou do estudo da actualização do sistema linguístico em situações de uso, diversos são os factores que são considerados pertinentes na **produção e transmissão de significado**, isto é, da comunicação. Tais factores, alguns de índole linguística outros de índole não linguística, envolvem, necessariamente, o que é dito, o modo como é dito e a intenção com que é dito; mas eles envolvem também aspectos relacionados com o contexto e com os participantes da interacção verbal, nomeadamente o seu posicionamento físico relativo, os papéis sociais que estão a desempenhar, as suas identidades, as suas atitudes, comportamentos e crenças, assim como as relações que entre si estabelecem ou reproduzem. Por outras palavras, o significado é uma propriedade das pessoas, coisas e eventos da situação discursiva relevantes para, e respectivas a, essa situação.

Enquanto factores constitutivos do **contexto situacional**, todos estes aspectos são temporal e espacialmente localizados num dado momento de produção linguística e constituem-se como princípios reguladores da actividade verbal, assim ajudando a constranger e a configurar a produção dela resultante.

Da interacção desta multiplicidade de factores pode resultar, e muitas vezes resulta, que o **significado pragmático**, isto é, aquilo que o falante quer dizer, não coincida, sempre e exactamente, com o **significado da frase**. Daí que neste quadro de estudos seja fundamental a distinção entre **forma e função dos enunciados**. Efectivamente, a forma de frase interrogativa, por exemplo, pode nem sempre corresponder à função de uma pergunta, como quando alguém diz “Não acham que está muito calor aqui dentro?” querendo com isso dizer “Seria bom que alguém abrisse uma janela”. Com efeito, da mesma forma que à pergunta “Tem horas?” ninguém espera uma resposta como “Sim, tenho”, sem que haja qualquer tentativa de enunciação das horas, também à pergunta “Não acham que está muito calor aqui dentro?”

ninguém espera apenas uma resposta de confirmação, sem qualquer tentativa consequente de contrariar o calor que na sala se faz sentir.

Daquilo que até agora foi enunciado facilmente se depreende que a intencionalidade e a convenção são dois aspectos relevantes na produção do significado: em primeiro lugar, porque aquilo que “queremos dizer” (função ou significado pragmático) nem sempre corresponde ao que “dizemos” (forma ou significado literal); em segundo lugar, porque as trocas conversacionais e a interacção verbal em geral são fortemente determinadas por **condições sociais e culturais** que nada têm de linguístico e que convencionalmente se manifestam no significado expresso.

### **Actos de fala**

Uma das áreas que mais se tem preocupado com o estudo dos factores reguladores da actividade verbal tem sido a **pragmática** e, dentro desta, uma teoria em particular: a chamada **teoria dos actos de fala**. Por acto de fala entende-se o uso de um enunciado, linguisticamente funcional, para realizar uma acção, como, por exemplo, prometer, avisar, informar, ordenar, etc., considerada apropriada às circunstâncias de uma situação de comunicação particular.

Os actos de fala são, portanto, acções realizadas linguisticamente e a sua descrição tipológica corresponde a uma tentativa de categorização dessas acções. Para a caracterização dos diferentes tipos de actos ilocutórios, e considerando, como vimos, que a funcionalidade de uma frase no discurso não está claramente associada a um tipo particular de frase (declarativa, interrogativa, exclamativa e imperativa), a partir de uma relação unívoca, a tradição descritiva distingue entre forma e conteúdo de uma frase, fazendo realçar nessa distinção que a intenção com que um enunciado é produzido está intimamente ligada à função assumida por esse mesmo enunciado no contexto da sua enunciação. À intenção chamamos objectivo ilocutório do enunciado ou acto, à função chamamos força ilocutória desse mesmo enunciado ou acto. O objectivo ilocutório é parte integrante da força ilocutória, mas é ele que a regula, o que torna

possível a existência de enunciados com o mesmo objectivo ilocutório, mas com forças ilocutórias distintas.

Nesta breve descrição dos actos de fala seguiremos a tipologia proposta pelo filósofo norte-americano John R. Searle, a mais importante e de maior divulgação, que divide os **actos de fala** (ou actos ilocutórios) em seis categorias diferentes: assertivos, directivos, compromissivos, expressivos, declarativos (ou declarações) e declarativos assertivos (ou declarações assertivas):

ACTO	OBJECTIVO ILOCUTÓRIO
ASSERTIVO	Relacionar o locutor com a verdade daquilo que ele próprio expressa no seu enunciado.  Ex.: <i><b>O meu carro é amarelo.</b></i>
DIRECTIVO	Levar o alocutário a realizar a acção (verbal ou não verbal) que o locutor expressa no seu enunciado.  Ex.: <i><b>Passa-me esse livro.</b></i>
COMPROMISSIVO	Comprometer o locutor com a realização da acção (futura) expressa no seu enunciado.  Ex.: <i><b>Trago-te o livro amanhã.</b></i>
EXPRESSIVO	Expressar o estado psicológico do locutor acerca da realidade expressa no seu enunciado.  Ex.: <i><b>Parabéns pelo prémio.</b></i>
DECLARAÇÕES	Trazer uma nova realidade à existência; alterar a realidade das coisas, por meio da realização do acto.  Ex.: <i><b>Declaro-vos marido e mulher.</b></i>

DECLARAÇÕES	Trazer uma nova realidade à existência; alterar a realidade das coisas,
ASSERTIVAS	por meio da realização do acto. mas relacionando o locutor com a verdade daquilo que ele próprio expressa no seu enunciado.
	Ex.: <b>Declaro o réu culpado das acusações que lhe são imputadas.</b>

A apresentação desta tipologia permite-nos concluir que o número de coisas básicas que podemos fazer com a língua é limitado, se adoptarmos a noção de objectivo ilocutório como critério classificador. Independentemente da multiplicidade de actos ilocutórios que cada um de nós possa realizar no seu quotidiano, tudo se resumirá, no fim, a dizermos aos nossos interlocutores como é a realidade (actos ilocutórios assertivos), tentar levá-los a realizar acções (actos ilocutórios directivos), comprometermo-nos nós próprios com a realização de uma acção (actos ilocutórios compromissivos), expressarmos os nossos sentimentos e atitudes face ao mundo (actos ilocutórios expressivos) e provocar nesse mundo algumas alterações por meio dos nossos enunciados (actos ilocutórios declarativos e actos ilocutórios declarativos assertivos).

### Actos de fala indirectos

A realização destas acções, porém, nem sempre se faz de uma forma directa e imediata, não ambígua. Por vezes acontece que o falante realiza mais do que um acto ilocutório de uma só vez. Na prática, o que faz é mascarar um acto sob a capa de outro, como acontece no exemplo atrás referido, “Não acham que está muito calor aqui dentro?”, em que sob a aparência de um acto ilocutório directivo (levar o alocutário a realizar a acção verbal de concordar ou discordar com o que está expresso no enunciado), o locutor pode estar a realizar o acto ilocutório assertivo equivalente a “Seria bom que alguém abrisse uma janela” (relacionando-se com a verdade daquilo que expressa no enunciado e constituindo-o como uma representação da realidade), sem qualquer outra intenção, ou um outro acto directivo, equivalente a “Por favor, alguém abra uma janela” (levar o alocutário a realizar a acção física expressa no enunciado: abrir a janela).

Não esqueçamos que o que conta para a caracterização e avaliação dos actos ilocutórios é fundamentalmente o **objectivo ilocutório**, isto é, a intenção última do locutor ao enunciar

determinado enunciado, pelo que também neste tipo de actos agora descritos, os chamados actos de fala indirectos ou actos ilocutórios indirectos, o que conta é o objectivo ilocutório.

De facto, o que conta não é a máscara, mas o rosto, isto é, o enunciado que o locutor quer realizar e não a capa sob a qual mascara o que quer dizer. O querer dizer (o já referido significado pragmático), por oposição ao significar (o já referido significado literal) é, portanto, parte determinante na realização dos actos de fala indirectos, sendo estes os exemplos mais perfeitos da separação entre forma e função, quando se trata de caracterizar tipos de frases.

### Contexto e relações sociais

Como já foi referido, o significado é uma propriedade das pessoas, coisas e eventos da situação discursiva, pelo que nem sempre a forma linguística é suficiente para determinar qual o valor de uso de uma dada frase, de um enunciado. Frequentemente somos tentados a considerar o significado como decorrente da forma de frase usada; por exemplo, a forma de frase imperativa está fortemente associada à expressão da ordem, de tal forma que a sua ocorrência nos leva de imediato a pensar que uma ordem está a ser realizada, quando pode não ser esse o caso. O inverso, aliás, também é verdadeiro, isto é, muitas vezes achamos que a única forma possível de realização de uma ordem é por meio de uma frase imperativa e não temos o espírito crítico suficiente para reconhecer que há muitas outras formas, indirectas, para a sua realização.

Para a compreensão plena deste fenómeno temos que considerar, primeiro, a diferença entre objectivo ilocutório e força ilocutória e, segundo, o contexto situacional e as relações sociais, de poder, mantidas pelos intervenientes da situação de comunicação. Exemplificando: quer *Passa-me essa caneta!*, quer *Podes passar-me essa caneta, por favor* têm o mesmo objectivo ilocutório – tentar que alguém faça algo, que, no caso, é passar uma caneta ao locutor; todavia, o primeiro acto tem a **força ilocutória** de uma ordem, o segundo tem a força de um pedido. Como vimos, as ordens, por exemplo, são normalmente expressas, embora não necessariamente, pelo modo imperativo ou por mecanismos seus substitutos; os pedidos podem ser expressos e são-no normalmente, sob a forma interrogativa. Porém, esta apreciação não é

suficiente para uma correcta classificação dos actos ilocutórios directivos que estão a ser realizados.

Para uma correcta apreciação do problema é necessário convocar, como factor determinante do significado dos enunciados o contexto situacional e as relações sociais entre os participantes da situação comunicativa. É que o que distingue uma ordem de um pedido não é a forma do enunciado nem o grau da sua força ilocutória, já que não existe uma gradação que vá do pedido à ordem. O traço que permite a distinção entre os dois tipos de actos é a coercibilidade e essa é dada pela **relação de poder** dos participantes. Efectivamente, uma ordem legítima carrega consigo a força da coercibilidade de quem tem poder para fazer com que outrem realize uma acção por si determinada, sob pena de alguma sanção ocorrer, se a ordem não for cumprida. Quer isto dizer que sempre que o alocutário possa, sem sanção, satisfazer ou não a vontade do locutor, não estamos perante uma ordem, mas perante um pedido.

Nestes casos de relação entre ordem e pedido, a forma de frase, não sendo determinante para a caracterização do acto, é, porém, determinante para a construção discursiva das relações entre os participantes, já que é a forma de frase que veicula traços de uso identitário dos participantes. Repare-se, a esse propósito, no modo como, na nossa sociedade, os patrões que no exercício da sua autoridade realizam todas as suas ordens de forma indirecta, isto é, como se fossem pedidos (“Importa-se de me tirar estas fotocópias?/ Tire-me estas fotocópias, por favor.”), são avaliados positivamente, contrariamente aos patrões que usam as formas directas (“Vá tirar estas fotocópias”/ Não deixe de tirar estas cópias”), os quais são avaliados negativamente, como autoritários e rudes.

Nas relações sociais, o poder não é algo estável e fixo; pelo contrário, o poder manifesta-se e constrói-se de relação para relação, de contexto para contexto, pelo que a sua caracterização enquanto elemento configurador de tipo de acto ilocutório directivo, se ordem, se pedido, está fortemente dependente da dinâmica situacional e social em que a comunicação acontece.

## Bibliografia

- Casanova, Isabel (1989): *Actos Ilocutórios Directivos: A Força do Poder ou o Poder da Persuasão*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (tese de Doutoramento).
- Casanova, Isabel (1996): A força ilocutória dos actos directivos. In Faria, Isabel Hub, Emília Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia, (orgs.) (1996): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 429-436.
- Gouveia, Carlos A. M. (1996): Pragmática. In Faria, Isabel Hub, Emília Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia, (orgs.) (1996): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 383-419.
- Gouveia, Carlos A. M. (1998): Actos ilocutórios. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 267-276.
- Gouveia, Carlos A. M. (1998): Linguagem e poder. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 277-287.
- Gouveia, Carlos A. M. (1998): Querer dizer. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 257-266.
- Lima, José Pinto de (1983): Uma Linguística Pragmática ou uma Pragmática em Linguística? In Lima, José Pinto de (org.), *Linguagem e Acção – da Filosofia Analítica à Linguística Pragmática*. Lisboa: Ápáginastantas: 7-40.
- Pedro, Emília (1996): Interacção Verbal. In Faria, Isabel Hub, Emília Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia (orgs.) (1996): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 449-475.



## **Ficha Técnica**

- Carlos Gouveia